

ANFFA SINDICAL ENTRA COM PETIÇÃO CONTRA ASSEFAZ POR DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO LIMINAR

A Diretoria de Assuntos Jurídicos do Anffa Sindical (DAJ), por meio do escritório de Advocacia Torreão Braz, protocolou petição, nesta segunda-feira (26/08), nos autos da Ação Coletiva nº 1019998-87.2019.4.01.3400 que tramita contra a Fundação Assefaz, devido ao descumprimento da decisão liminar que garante a continuidade dos planos de saúde aos beneficiários filiados do Sindicato e seus dependentes.

De acordo com a advogada do Sindicato, Patrícia Bruns, a Assefaz vem negando atendimento e emissão de boletos para pagamento de mensalidades desde a publicação da decisão, mas a medida foi adotada agora, pois, somente nesta segunda (26), a DAJ recebeu memorando com provas formais da resistência da Fundação.

"Durante um atendimento, uma beneficiária interpelou a atendente sobre a decisão liminar que garante a continuidade do seu tratamento. A atendente informou que estava ciente da decisão, mas



que havia sido orientada a aguardar o resultado do recurso interposto pela Assefaz. Com isso, a filiada registrou por escrito, repassou à sua DS e o delegado sindical enviou um memorando", explica Bruns.

Na petição, o Anffa Sindical pede que a Assefaz dê cumprimento à decisão liminar, sob pena de multa diária de

R\$100.000 (cem mil reais). Ainda segundo Patrícia Bruns, o juiz ainda irá apreciar a petição, que poderá ser utilizada no caso de novas recusas de atendimento. Até o presente momento não há comunicação de recurso interposto pela Fundação Assefaz.

Fonte: ANFFA Sindical/Fernanda Fernandes

BRASIL COLHE RECORDE HISTÓRICO NA SAFRA DE GRÃOS: 241 MILHÕES DE TONELADAS

O Ministério da Agricultura anunciou o resultado do 10º levantamento da safra de 2019. O resultado é um recorde da série histórica, iniciada em 1975: pouco mais de 241 milhões de toneladas. Ainda falta mais um levantamento, chamado de 11ª aproximação anual, o que aponta um aumento de cerca de 6% em relação ao

ano passado. O recorde está sendo puxado pelo crescimento nas safras de milho e de algodão. Neste ano a segunda safra do milho foi plantada mais cedo e sofreu influências positivas do período de chuvas. O Brasil é um dos poucos países, se não o único, que consegue plantar duas safras de milho sobre os

mesmos 18 milhões de hectares de solo. Ou seja, acaba conseguindo uma produção de cerca de 100 milhões de toneladas em área equivalente a 36 milhões de hectares.

Fonte: <https://talesfaria.blogosfera.uol.com.br/>

DEPUTADO MÁRCIO MARINHO APRESENTA EMENDA QUE INCLUI AFFAS NO SUBSTITUTIVO DO PL DO PORTE DE ARMAS

O coordenador do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) do Anffa Sindical, Janus Pablo Fonseca, e o diretor suplente da DS-BA, Ernesto Bezerra, reuniram-se, no dia 28 de agosto com os deputados federais Márcio Marinho (Republicanos/BA) e João Maia (PL/RN), para tratar sobre a inclusão dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (AFFAs) no PL 3723/2019, que dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo.

De acordo com Janus Pablo, os dirigentes destacaram a **emenda nº 23 do deputado Coronel Armando (PSL/**



RJ), e uma **nova emenda** foi apresentada pelo deputado Márcio Marinho, uma vez que o relator do PL, deputado Alexandre Leite (DEM-SP), apresentou **substitutivo ao texto original do**

PL, nesta terça-feira (27/08).

“Ele também nos encaminhou à liderança do partido para que fosse feito o destaque a favor da carreira”, afirma o coordenador do CDS.

Ainda segundo o sindicalista, a conversa com o deputado João Maia (PL/RN) também foi favorável ao pleito. “O deputado disse que irá articular junto à bancada do PL para que também seja dado destaque à nossa pauta”.

Fonte: ANFFA Sindical /Fernanda Fernandes

USO DO FOGO FICA PROIBIDO POR 60 DIAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

O presidente Jair Bolsonaro decretou a suspensão do emprego do fogo no território nacional pelo período de 60 dias. O prazo começou a contar nesta quinta-feira (29), data de publicação do decreto no Diário Oficial da União.

Ficam isentas de cumprir a determinação as atividades de controle de pragas e doenças por uso do fogo desde que autorizadas por órgão ambiental competente, as práticas de prevenção e combate a incêndios e de agricultura de subsistência executadas por indígenas e populações tradicionais, como quilombolas.

A medida integra as ações da Operação Verde Brasil, deflagrada pelo governo federal para conter os focos de incêndio em áreas da floresta amazônica.

Queima controlada

A determinação, publicada hoje no Diário Oficial, suspende a permissão do uso do fogo, prevista no Decreto nº 2661, de 1998, para práticas agropastoris e florestais, como limpeza e preparação do solo antes do plantio, a chamada queima con-



trolada.

Este tipo de queima foi estabelecido para evitar a ocorrência de incêndios e só é permitido ao interessado que obter autorização do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), para uso em etapas da produção e manejo agrícola ou florestal ou para fins de pesquisa científica e tecnológica em áreas definidas previamente pelo órgão público competente.

A autorização é dada mediante a apresentação das técnicas, equipamentos e a mão-de-obra a serem utilizados pelo interessado, entre outros critérios. A emissão da autorização também depende de vistoria prévia nos casos em que o território contenha restos de exploração

florestal e que faça limite às áreas de proteção.

Casos vedados

O decreto de 1998 já proíbe o emprego do fogo nas florestas e demais formas de vegetação quando o objetivo é a queima pura e simples como forma de descarte de aparas de madeira e resíduos florestais produzidos por serrarias e madeireiras.

A queima também já é vedada pela legislação brasileira no espaço de 15 metros dos limites das faixas de segurança das linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica; a 100 metros da área de domínio de subestação de energia elétrica; 25 metros da área de estações de telecomunicações.

O fogo também não deve ser empregado na faixa de 50 metros a partir de aceiro de 10 metros de largura ao redor das Unidades de Conservação; nem a 15 metros de cada lado de rodovias estaduais e federais e de ferrovias.

Fonte: imprensa@agricultura.gov.br

EMPRESAS DIZEM QUE NÃO COMPRAM DE NOVAS ÁREAS DESMATADAS NA AMAZÔNIA

As comercializadoras de grãos Archer Daniels Midland, Bunge e Cargill disseram, em comunicados separados, que não compram produtos de novas áreas desmatadas na **Amazônia** e que utilizam satélites de monitoramento para garantir suas políticas.

A Bunge afirmou que está avaliando as informações disponíveis sobre número e localização dos incêndios existentes na Amazônia, enquanto a Cargill defendeu que os esforços dos produtores ajudaram a conter o desmatamento na última década.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que representa empresas como ADM, Bunge e Cargill, apontou nesta semana que o plantio de soja nas dez cidades que mais reportaram incêndios neste ano é inexpressivo em relação à produção total da oleaginosa.

Segundo um estudo realizado pela entidade,

os dez municípios com mais queimadas de janeiro a julho plantaram apenas 30 mil hectares na última safra, sendo 17 mil em Novo Progresso (PA), onde produtores participaram recentemente do chamado “dia do fogo”.

Além disso, Apuí (AM), cidade que mais registrou focos de incêndios na região, não possui cultivos de soja, enquanto Altamira (PA), segunda com maior índice de queimadas, conta somente com 2 mil hectares plantados com a oleaginosa.

A Abiove é uma das líderes da chamada Moratória da Soja, que impede a compra e financiamento pelas tradings de safras cultivadas na região amazônica após 2008.

O órgão admite que a soja ocupa uma área relativamente importante da Amazônia, mas cita que 98% do plantio realizado no bioma veio após a Moratória da Soja, em áreas



desmatadas antes de o programa ter sido instituído.

A Cargill disse em nota que “apoia integralmente a Moratória da Soja na Amazônia e não compra grãos de áreas recém-desmatadas”, argumentando que o esforço conjunto das empresas do setor “contribuiu para o declínio de 80% no desmatamento na Amazônia na última década”.

Fonte: Reuters

MONITOR DO PIB COM ALTA DE 0,5% AFASTA POSSIBILIDADE DE RECESSÃO TÉCNICA

O Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro avançou 0,5% em maio ante abril, segundo o Monitor do PIB, divulgado nesta quarta-feira, 17, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

A alta quebrou uma sequência de três quedas mensais seguidas. Em relação a maio de 2018, o PIB cresceu 4,3%, mas o resultado foi contaminado pela fraca base de comparação, já que a atividade econômica de maio do ano passado foi atingida em cheio pela greve de caminhoneiros, que parou o País.

Segundo a **FGV**, na passagem de abril para maio, o crescimento é “explicado, principalmente, pelo desempenho da agropecuária (1,3%) e da indústria (0,6%), com crescimento em todos os seus componentes”.

O avanço praticamente afasta a possibilidade de retrações na atividade econômica por dois trimestres consecutivos, o que configuraria o que economistas chamam de “recessão técnica”. A avaliação é de Juliana Trece, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

A alta de abril quebrou uma sequência de



três quedas seguidas. Em abril, o Monitor do PIB havia apontado queda de 0,2% ante março. Dessa forma, apenas um resultado muito ruim em junho jogaria o PIB do segundo trimestre para o terreno negativo.

“Recessão técnica não tem como. Tudo indica que o PIB do segundo trimestre vai ser positivo, mas no ano não vai crescer acima de 1,0%”, afirmou Juliana.

A equipe responsável pelo Monitor do PIB estima avanço de 0,4% no segundo trimestre ante o primeiro. Ainda assim, mesmo com a possibilidade de retrações por dois trimestres seguidos no PIB, Juliana acha cedo para se falar em recuperação mais firme da economia.

A pesquisadora chamou atenção para o comportamento da formação bruta de

capital fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB). A componente teve crescimento expressivo em maio ante abril, com 1,5%, superando, por exemplo o consumo das famílias.

No entanto, o avanço na FBCF está concentrado nos aportes em máquinas e equipamentos, como tem ocorrido desde o fim da recessão, na virada de 2016 para 2017.

A construção civil, que responde por pouco mais da metade dos investimentos, ainda está em queda – na decomposição da FBCF no Monitor do PIB, a componente de máquinas e equipamentos cresceu 0,8% em maio ante abril, enquanto a construção encolheu 0,4% e o componente “outros” perdeu 0,5%.

Segundo Juliana, “enquanto não melhorar a construção, não dá para falar” em recuperação sustentável dos investimentos, capaz de impulsionar a economia como um todo.

Na comparação com maio de 2018, o crescimento de 4,3% “foi influenciado pela baixa base de comparação em decorrência da greve dos caminhoneiros de maio de 2018”.

Fonte: Estadão Conteúdo

GOVERNO ESTUDA REFORMA SINDICAL PARA ATUALIZAR SEGMENTO À “REALIDADE”

Passada a reforma da Previdência, o governo estuda enviar ao Congresso uma proposta de reforma sindical para atualizar o segmento à “realidade do século 21”, segundo o Ministério da Economia.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) está sendo discutida pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, com representantes de diversos setores.

Esse é um tema que já ganha corpo também no Congresso. Líderes na Câmara dos Deputados, por exemplo, discutem propostas de uma reforma sindical. Envolvido nas articulações e em esboços o presidente do Solidariiedade, Paulinho da Força (SD-SP), defendeu uma proposta que retire da administração pública qualquer vínculo com as relações sindicais no Brasil e elimine entidades sem representatividade entre os trabalhadores.

Presidente licenciado da Força Sindical, o deputado disse que a ideia é apresentar ainda neste semestre uma reforma que possibilite representatividade efetiva entre as categorias. Para isso, os sindicatos só poderiam existir se representarem



50% mais um da categoria local – o que também valeria para as entidades patronais. A regra teria um período de transição, diz o parlamentar, com exigência inicial de 10% de representatividade no primeiro ano.

Segundo Paulinho, apesar de não mexer com a unicidade sindical – regra que proíbe a criação de mais de um sindicato por categoria na mesma base territorial -, a norma de representatividade provocaria uma “seleção natural” entre os sindicatos. Na outra ponta, só teriam direito às mudanças negociadas pela entidade os trabalhadores que forem associados.

Para retirar o assunto do âmbito do governo, o deputado defende que todas as relações sindicais sejam decididas por um

conselho autônomo, formado por seis representantes das centrais de trabalhadores e seis das confederações empresariais. “A ideia é o Estado não interferir mais nas relações sindicais.” Para ele, esse conselho poderia inclusive definir no futuro como funcionarão as fontes de financiamento dos sindicatos.

Líder da maioria na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) disse que a reforma sindical é importante para dar mais transparência, tranquilidade e autonomia para quem quer ser representado. “É necessária uma reforma do sistema sindical do País, mas esse é um tema complexo que tem de ser tratado com cuidado, conversando com lideranças para construir qual será essa alternativa.” Para o líder do Podemos, José Nelto, mudanças no sistema sindical que valorizem a representatividade e acabem com as entidades “pelegas” teriam o apoio do partido. “Tem de modernizar, dar transparência, acabar com o peleguismo. Nós defendemos os sindicatos, mas vamos acabar com as negociatas.”

Fonte: Estadão Conteúdo

ESTAMOS DE OLHO!

- As reformas do anexo “B” da SFA-MA e do estacionamento continuam sem data de entrega. Já se passaram mais de um ano do início das obras e nada de conclusão.

- E o Prédio principal da SFA-MA? Continua entregue ao descaso.

- Os veículos da SFA-MA estão trafegando com os sinais de alertas acionados. Um perigo!

- Enquanto isso um veículo zero quilometro aguarda a mais de 6 meses a liberação para ser usado nos serviços da SFA. Esperando o que?

- E a Assefaz? A operadora de planos de saúde, resolveu descumprir uma decisão da justiça que determinava a continuidade dos serviços aos filiados do sindicato que estavam em tratamento continuado. O Sindicato acionou a operadora na justiça. Isso não pode ficar assim!



Aniversariantes do mês

Geraldo Costa - 02

M^a José Dutra - 06

Fortunato Filho - 07

José Carlos Varela - 08

M^a José Costa - 20

Joselia Santos - 22

Gilmartim Santos - 24

Edilson Martins - 28

Parabéns a Todos!!!



ACESSE NOSSAS REDES SOCIAIS



@anffasindicalma



98. 98175.1516

CARTILHA APOSENTADORIAS E PENSÕES

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS RURAIS AGRICULTORES

ANFFA SINDICAL

Diretoria de Aposentados e Pensionistas



ANFFA SINDICAL

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Rurais Agricultores

2014

Acesso a cartilha no site do ANFFA Sindical


ASSÉDIO MORAL

DIGA NÃO! CHEGA DE SILÊNCIO!

OFENDER - PERSEGUIR - MENOSPREZAR - INFERIORIZAR - HUMILHAR - RIDICULARIZAR

NÃO SE CALE: DENUNCIE!

COBRAR METAS ABSURDAS
FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO



FENASPS SINDICATO FILIADOS

Associação Nacional dos Auditores Fiscais Rurais

Acesso a cartilha no site

Diretoria:

Genilson Santana - Delegado Sindical

Cláudia Belmino - Secretária Geral

Aurenice Pereira - Secretária de Administração

Ângela Baquil - Secretária de Finanças

Antônio Roberto Santos - Diretor Jurídico

Conceição Lima - Diretora de Aposentados e Pensionistas

Josélia Santos - Diretora de Comunicação e Rel. Públicas



Praça da República, nº15 A, bairro Diamante

São Luis - MA CEP: 65.020-500

Fone: 98.3014.5157